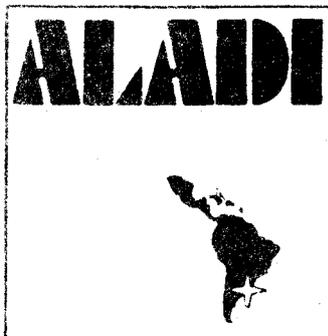


Consejo de Ministros



Asociación Latinoamericana
de Integración
Associação Latino-Americana
de Integração

Terceira reunião
11-12 de março de 1987
Montevideu - Uruguai

DISCURSO PRONUNCIADO PELO EXCELENTIS-
SIMO SENHOR MINISTRO DAS RELAÇÕES EX-
TERIORES DA REPUBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL, ROBERTO DE ABREU SODRE, NA
SEGUNDA SESSÃO PLENARIA

ALADI/CM/III/di 6
12 de março de 1987

Senhores Ministros de Estado,
Senhor Secretário-Geral da ALADI,
Senhores Representantes Permanentes,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Com realismo, determinação e confiança no futuro, a América Latina necessi-
ta hoje, mais do que nunca, vencer dois grandes desafios que a têm acompanhado
em sua história recente: o desafio do crescimento e o desafio da integração.

Estamos convencidos de que a resposta a esses desafios será um fator deter-
minante para a estabilidade política no Continente.

E o crescimento que nos permitirá assegurar uma vida digna e próspera para
os nossos povos, e que, ao mesmo tempo, poderá ensejar maiores níveis de inter-
câmbio e cooperação entre os nossos países, estabelecendo as bases da nossa inte-
gração. Mas a integração não é apenas uma consequência do crescimento. Pode tam-
bém com ele confundir-se, dando-lhe horizontes mais amplos. Pois se intensifica-
mos a cooperação econômica e os laços de comércio, estaremos empreendendo um es-
forço conjunto e solidário de ampliação de mercados e, assim, colaborando com
o desenvolvimento e o bem-estar de cada um de nossos países. Este foi o caminho
seguido por povos de outras regiões do mundo, cujos êxitos não podemos ignorar.

Hoje, mais do que nunca, devemos reconhecer a necessidade da cooperação e
praticá-la. De uma cooperação que, aceitando a diversidade de cada um de nossos
povos, saiba admitir que, em essência, nossos interesses estão indissoluvelmente
ligados. Ligados pela história, pela geografia, pela cultura.

Da manutenção de padrões aceitáveis de desenvolvimento e bem-estar depende
a própria estabilidade das nossas instituições políticas. Somos conscientes do
potencial de crise que encerra a persistência das condições de atraso e dificul-
dades econômicas de toda ordem na região. E o que ocorre, por exemplo, na Améri-
ca Central, afetada por um conflito que tem raízes na grave situação econômica
e social ali imperante, conforme a percepção que, aliás, fundamenta a postura
dos Grupos de Contadora e Apoio em relação ao problema.

//

Senhor Presidente,

Tive a oportunidade de afirmar recentemente, em reunião da CEPAL, que a América Latina não pode abdicar do seu direito de crescer. Disse também que esse crescimento não pode traduzir-se simplesmente no aumento quantitativo do produto, mas principalmente na melhoria das condições de vida do povo. Trata-se, pois, de crescimento com justiça social.

Não há outro caminho possível para os países latino-americanos, que já acumularam larga experiência de sacrifícios e frustrações na tentativa de viabilizar o seu desenvolvimento.

E melancólico comprovar que a América Latina tenha-se transformado nos últimos anos em exportadora líquida de capitais. Os fluxos financeiros se converteram em via de sentido único drenando para fora da região os recursos necessários ao seu crescimento. Por sua vez, o protecionismo comercial adotado pelas nações industrializadas -por vezes, em benefício tão-somente de indústrias obsoletas- neutraliza parte dos nossos esforços em busca do desenvolvimento. A América Latina sofre também severas limitações para o acesso a tecnologias de ponta. Com efeito, esboça-se hoje uma nova divisão internacional do trabalho, baseada no controle dos segmentos da indústria de alta tecnologia pelos países desenvolvidos. Não podemos aceitar que essa nova ordem se materialize, pois ela alargaria ainda mais o fosso que nos separa dos centros avançados do planeta.

De outra feita, sabemos todos que o caminho do crescimento passa obrigatoriamente por uma solução justa e equânime para o problema do nosso endividamento externo. Conhecemos a origem e a evolução desse problema. Os sucessivos aumentos nos preços internacionais do petróleo, entre 1973 e 1979, levaram a um extraordinário excesso de liquidez no sistema financeiro mundial. E preciso lembrar que, naqueles anos, existia o desejo natural dos países do terceiro mundo de obter empréstimos adicionais para acelerar o desenvolvimento. Havia igualmente o interesse dos bancos em aplicar seus depósitos que jaziam em seus cofres, e que era necessário remunerar.

Assim, esses recursos foram emprestados muito além do que a prudência das práticas bancárias tradicionais permitia, e tomados muito além do que a sabedoria política poderia aceitar sem comprometer o futuro dos povos.

Existe, pois, como o Governo brasileiro sempre sustentou, uma evidente corresponsabilidade na questão do vultoso endividamento externo da América Latina. O Brasil não nega absolutamente os seus compromissos financeiros livremente contraídos, mas não pode deixar de reclamar a compreensão dos credores, aos quais cabe parcela importante de responsabilidade no encaminhamento do problema da dívida. A asfixia dos devedores levará os países em desenvolvimento a uma insolvência prejudicial também aos credores.

Convencido de que a primeira obrigação do Governo é com o bem-estar do seu povo, e de que as recomendações tradicionais da política econômica têm conduzido à recessão sem resolver a questão econômica externa, o Brasil empreendeu paciente esforço de convencimento dos credores sobre a necessidade de renegociar os termos da sua dívida externa, diante de um quadro totalmente diverso do que vivíamos anos atrás nas finanças internacionais.

//

//

Não tendo este esforço logrado êxito, e havendo continuado a situação de desfinanciamento que ameaçava o nível de suas reservas internacionais, o Governo brasileiro decidiu suspender temporariamente o pagamento do serviço de sua dívida com os credores privados e propor de forma serena e madura sua renegociação.

Não podemos comprometer as necessidades de crescimento da economia brasileira, nem a nossa soberania.

O Brasil, como tem dito o Presidente José Sarney, não pagará sua dívida externa com o sacrifício do seu povo. Não podemos aceitar que os nossos compromissos financeiros externos e o nosso crescimento econômico sejam mutuamente excludentes.

Mas se o nosso crescimento depende de uma solução satisfatória para o problema da dívida, sabemos também que ele está indissociavelmente ligado à nossa capacidade de trabalharmos juntos, de fortalecermos a nossa cooperação, enfim de construirmos a integração regional. Acreditamos que essa integração depende de uma atitude realista e madura de nossa parte, que enseje uma prosperidade comum, fruto de relações equilibradas e calcadas nas próprias peculiaridades da região.

O Brasil reconhece que existem desequilíbrios no intercâmbio entre os países da ALADI, mas está firmemente disposto a reduzi-los drasticamente através da expansão de suas importações provenientes da região.

Senhor Presidente,

O Brasil, diante da atual contração do comércio intra-regional, adota atitude realista e flexível que, sem os sonhos dos esquemas que pretendem criar da noite para o dia o mercado comum, procura encontrar pontos de avanço concreto nas relações econômicas com seus parceiros da região, afetados, como nós, por sérias dificuldades financeiras.

Com a Bolívia, o Equador e o Paraguai, ampliamos de forma extraordinária as listas de abertura de mercado. Seus produtos, entre os quais se incluem agora aqueles de produção potencial, terão acesso ao mercado brasileiro sem encontrar nenhum obstáculo tarifário ou não-tarifário.

Com a República Oriental do Uruguai, inauguramos um novo relacionamento econômico através de uma negociação profunda e generosa, de parte a parte.

Com a República Argentina, estabelecemos um programa de integração que tem a ambição de revitalizar a ALADI ao desencadear um processo de amplas negociações na região.

Com a Colômbia, a Venezuela e o México, ainda este mês pretendemos finalizar negociações que não só coloquem o intercâmbio comercial em um novo patamar, mas que permitam novas formas de cooperação econômica.

Processo semelhante desejamos pôr em marcha em breve com a nação irmã peruana.

Com o Chile, renegociamos recentemente o principal instrumento de comércio que é o Acordo de alcance parcial no. 3.

vf

//

//

O Brasil desenvolve essas iniciativas a partir da sua convicção de que a ALADI é o instrumento estratégico para realizar o objetivo político e econômico da integração latino-americana.

E necessário fortalecê-la, com persistência e paciência, sem ceder nem de um lado à ilusão dos esquemas grandiosos, nem de outro à desilusão das negociações árduas que a realidade impõe.

A Rodada Regional de negociações adquire significado histórico no momento que vivemos. Reativar o comércio regional, dinamizar o sistema de pagamentos, reduzir os desequilíbrios radicais de intercâmbio, estreitar os hiatos de desenvolvimento na região, são objetivos do mais alto significado político. O Conselho de Ministros tem o dever inarredável de contribuir para alcançar tais objetivos.

Senhor Presidente,

O Brasil traz para esta reunião, além de suas propostas que acredita realistas e viáveis, sua melhor contribuição: o espírito de fraternidade e cooperação que nos une a todos e a cada um dos povos da América Latina.

Muito obrigado.
